

VESTIBULINHO ETEC – 2º SEM/15

CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Exame: 14/06/2015 (domingo), às 13h30min**CADERNO DE QUESTÕES – Técnico em Serviços Jurídicos**

Nome do(a) candidato(a): _____ Nº de inscrição: _____

Prezado(a) candidato(a):

Antes de iniciar a prova, leia atentamente as instruções a seguir e aguarde a ordem do Fiscal para iniciar o Exame.

- Este caderno contém 30 (trinta) questões em forma de teste.
- A prova terá duração de 4 (quatro) horas.
- Após o início do Exame, você deverá permanecer no mínimo até as 15h30min dentro da sala do Exame, podendo, ao deixar este local, levar consigo este caderno de questões.
- Você receberá do Fiscal a Folha de Respostas Definitiva. Verifique se está em ordem e com todos os dados impressos corretamente. Caso contrário, notifique o Fiscal, imediatamente.
- Após certificar-se de que a Folha de Respostas Definitiva é sua, assine-a com caneta esferográfica de tinta preta ou azul no local em que há a indicação: "ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)".
- Após o recebimento da Folha de Respostas Definitiva, não a dobre e nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível.
- Cada questão contém 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E) das quais somente uma atende às condições do enunciado.
- Responda a todas as questões. Para cômputo da nota, serão considerados apenas os acertos.
- Os espaços em branco contidos neste caderno de questões poderão ser utilizados para rascunho.
- Estando as questões respondidas neste caderno, você deverá primeiramente passar as alternativas escolhidas para a Folha de Respostas Intermediária, que se encontra na última página deste caderno de questões.
- Posteriormente, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas na Folha de Respostas Intermediária para a Folha de Respostas Definitiva, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a Folha de Respostas Definitiva, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois a Folha de Respostas não será substituída.
- Preencha as quadriculas da Folha de Respostas Definitiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e com traço forte e cheio, conforme o exemplo a seguir:

A	B	C	D	E
----------	----------	----------	----------	----------
- Quando você terminar a prova, avise o Fiscal, pois ele recolherá a Folha de Respostas Definitiva, na sua carteira. Ao término da prova, você somente poderá retirar-se da sala do Exame após entregar a sua Folha de Respostas Definitiva, devidamente assinada, ao Fiscal.
- Enquanto você estiver realizando o Exame, é terminantemente proibido utilizar calculadora, computador, telefone celular (deverá permanecer totalmente desligado, inclusive sem a possibilidade de emissão de alarmes sonoros ou não, nas dependências do prédio onde o Exame será realizado), radiocomunicador ou aparelho eletrônico similar, chapéu, boné, lenço, gorro, máscara, óculos escuros, corretivo líquido/fita ou quaisquer outros materiais (papéis) estranhos à prova.
- O desrespeito às normas que regem o presente Processo Seletivo para acesso as vagas remanescentes de 2º módulo, bem como a desobediência às exigências registradas na Portaria e no Manual do Candidato, além de sanções legais cabíveis, implicam a desclassificação do candidato.
- Será eliminado do Exame o candidato que :
 - Não comparecer ao Exame na data determinada;
 - Chegar após o horário determinado de fechamento dos portões, às 13h30;
 - Realizar a prova sem apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§4º e 5º do artigo 14 da portaria CEETEPS GDS 963 de 31/03/2015;
 - Não apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§4º e 5º do artigo 14 da portaria CEETEPS GDS 963 de 31/03/2015;
 - Retirar-se da sala de provas sem autorização do Fiscal, com ou sem o caderno de questões e/ou a Folha de Respostas Definitiva;
 - Utilizar-se de qualquer tipo de equipamento eletrônico, de comunicação e/ou de livros, notas, impressos e apontamentos durante a realização do exame;
 - Retirar-se do prédio em definitivo antes de decorridas duas horas do início do exame, por qualquer motivo;
 - Perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação das provas, incorrendo em comportamento indevido durante a realização do Exame;
 - Retirar-se da sala de provas com a Folha de Respostas Definitiva;
 - Utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento em benefício próprio ou de terceiros, em qualquer etapa do exame;
 - Não atender as orientações da equipe de aplicação durante a realização do exame;
 - Realizar ou tentar realizar qualquer espécie de consulta ou comunicar-se e/ou tentar comunicar-se com outros candidatos durante o período das provas;
 - Realizar a prova fora do local determinado pela Etec / Extensão de Etec;
 - Zerar na prova teste;
 - Zerar na prova de aptidão.
 - Faltar na prova de aptidão;

BOA PROVA!**Gabarito oficial**O gabarito oficial da prova será divulgado a partir das 14 horas do dia 15/06/15, no site www.vestibulinhoetec.com.br**Resultado**

- Divulgação da lista de classificação geral a partir do dia 14/07/15.

Questão 01

A definição de Direito possui natureza analógica, ou seja, o vocábulo Direito possui diversas definições, todas reunidas entre si pelo menos por um ponto de contato. Nesse contexto, podemos afirmar que:

- (A) entende-se por Direito Subjetivo o conjunto de regras jurídicas obrigatórias, em vigor num país em uma determinada época. É o sinônimo de Direito Positivo, a norma agendi.
- (B) são atributos do Direito Objetivo a generalidade, a bilateralidade, a imperatividade e a coercibilidade.
- (C) o Direito Objetivo é a faculdade que tem uma pessoa de fazer prevalecer, em juízo, a sua vontade, consubstanciada num interesse.
- (D) existe uma inter-relação entre os Direitos Objetivo e o Subjetivo, na medida em que aquele só existe em função deste.
- (E) tratando-se de Direito Objetivo existem sempre dois sujeitos presentes: o ativo e o passivo.

Questão 02

No mundo jurídico, lei é entendida como a declaração solene da norma jurídica, emanada pelo poder competente. A lei pode ser classificada de várias formas. A partir dessa afirmação, podemos concluir que:

- (A) as leis impositivas subdividem-se em absolutas e relativas: as primeiras são as que permitem ação ou abstenção daqueles a quem se dirigem, não permitindo alternativas, ao passo que as últimas vedam algo, sem admitir quaisquer tipos de alternativas.
- (B) as leis dispositivas se subdividem em afirmativas e negativas e todo o regramento contido no Código Civil Brasileiro é feito sob essa ótica.
- (C) as leis supletivas declarativas são aquelas que suprem uma declaração de vontade inexistente, tal qual ocorre na adjudicação compulsória.
- (D) o escopo da lei é mandar, proibir, permitir e punir, o que vale dizer que as leis classificam-se em imperativas (proibitivas e punitivas) e permissivas.
- (E) considerando o critério da permissividade, as leis são perfeitas, imperfeitas, mais que perfeitas e menos que perfeitas.

Questão 03

Fonte indica o lugar de onde provém a norma jurídica que ainda não existia na sociedade. As Fontes do Direito são os diversos modos de formação do direito, uma vez que a sociedade não pode permanecer sem regramento de suas relações. Em se tratando de fontes, é correto afirmar:

- (A) modernamente, são fontes de Direito a lei, o costume, a jurisprudência, a doutrina, a analogia, os princípios gerais de direito e a equidade.
- (B) entende-se por lei a norma não escrita, consagrada pelos usos de uma determinada época, uma determinada comunidade.
- (C) o costume para ser válido deve ser proclamado solenemente pelo Poder Legislativo, sob pena de ser desconsiderado.
- (D) a jurisprudência é formada por um elemento externo e outro interno e subdivide-se em secundum legem, praeter legem e contra legem.
- (E) a analogia é a base de toda a legislação, orientando o sistema legislativo de um povo.

Questão 04

Todo ato humano que repercute no mundo jurídico denomina-se ato jurídico, tais como o casamento e a aquisição de um bem imóvel. Nesse contexto, é correto afirmar:

- (A) toda a sistemática jurídica é reduzida a fatos e atos.
- (B) denomina-se ato jurídico o ato, lícito ou ilícito, que objetiva a aquisição, resguardo, transferência, modificação ou extinção do direito.
- (C) em linguagem técnica, podemos afirmar que tanto o fato como o ato jurídico tm como suporte fático acontecimentos que ocorreram no mundo, sendo que para o ato jurídico concorre a conduta humana e para o fato, não.
- (D) o ato ilícito não se caracteriza, tecnicamente como ato jurídico, integrando a seara dos fatos jurídicos.
- (E) a sistemática do Código Civil brasileiro, ao tratar do ato jurídico, prescinde da análise da licitude.

Questão 05

Princípio, termo análogo, cujo significado jurídico é a proposição fundamental que se coloca na base dos sistemas, informando-os. Desta forma, pode-se afirmar que:

- (A) não há que se falar em hierarquia de princípios, uma vez que estão dispostos em planos de abrangências diversas.
- (B) os princípios onivalentes, também conhecidos como universais, constituem-se em proposições gerais das quais decorrerem inúmeras outras proposições especiais.
- (C) os princípios plurivalentes são verdadeiros postulados da razão humana, razão pela qual são conhecidos como primeiros princípios.
- (D) os princípios monovalentes são proposições básicas que informam os diversos compartimentos em que se divide qualquer ramo da ciência.
- (E) os princípios setoriais são proposições que servem de fundamento a um conjunto de juízos relativos a um só campo do conhecimento humano.

Questão 06

O Estado, nação politicamente organizada, caracteriza-se por um dinamismo constante, desenvolvendo diversos serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica e saneamento básico. Dessa forma, é incorreto afirmar:

- (A) são poderes do Estado o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- (B) a divisão tripartite do poder é debatida desde a antiguidade, passando por Montesquieu e Kant. Chegando aos dias atuais, fala-se na divisão dos princípios.
- (C) no Brasil, o poder executivo é exercido nas três esferas (Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal), respectivamente, pelo Presidente e seus Ministros, Pelos Governadores e Secretários e pelo Prefeito e seu secretariado.
- (D) o Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967 implantou a mais importante Reforma Administrativa no Brasil. Os princípios monovalentes são proposições básicas que informam os diversos compartimentos em que se divide qualquer ramo da ciência.
- (E) atualmente, não há que se falar em administração direta ou indireta. Gestão dos serviços públicos é atribuição exclusiva do Poder Executivo que é uno.

Considere a afirmação abaixo para responder às questões de números 07 a 10.

A Constituição Federal, lei máxima de um país, oriunda de um poder constituinte, pode ser analisada sob vários ângulos, apresentar diversas classificações e, suas normas eficácias jurídicas e sociais.

Questão 07

Quando definimos Constituição, existem várias acepções a serem consideradas:

- (A) considerando o sentido político, uma Constituição só seria legítima se representasse o efetivo poder social, refletindo todas as forças sociais dos poderes que integram uma sociedade.
- (B) considerando o sentido sociológico, a Constituição define apenas e tão somente a decisão política fundamental de um determinado Estado.
- (C) do ponto de vista material, a Constituição é toda norma que tenha sido introduzida por meio de um procedimento mais dificultoso, independentemente de seu conteúdo.
- (D) no que tange ao sentido formal, a Constituição, refere-se ao conteúdo tratado, independentemente da forma como é introduzida no ordenamento jurídico pátrio.
- (E) no sentido jurídico, que se subdivide em jurídico-positivo e lógico-positivo, Constituição é a norma pura, o dever-ser de todas as demais normas que a ela se submetem.

Questão 08

Podemos classificar a Constituição, considerando:

- (A) quanto à origem, escritas e costumeiras.
- (B) quanto à extensão, outorgadas, cesaristas e pactuadas.
- (C) quanto ao modo de elaboração, dogmáticas ou históricas.
- (D) quanto à forma, material ou formal.
- (E) quanto ao conteúdo, sintéticas ou analíticas.

Questão 09

O poder constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar a Constituição, por meio da supressão, modificação ou acréscimo de normas constitucionais. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) a titularidade do poder constituinte pertence à nação.
- (B) o poder constituinte originário instaura uma nova ordem jurídica, rompendo, completamente, com a ordem jurídica anterior.
- (C) o poder constituinte originário é inicial, dependente, limitado juridicamente e soberano a todas as suas ações.
- (D) o poder constituinte derivado manifesta-se por meio de outorga à assembleia nacional constituinte.
- (E) o poder constituinte originário pode ser reformador ou decorrente.

Questão 10

Todas as normas constitucionais apresentam eficácia jurídica e, algumas, também apresentam eficácia social. Assim, considerando a eficácia das normas constitucionais, podemos classificá-las:

- (A) normas de eficácia limitada são aquelas normas que não têm condições de produzir todos os seus efeitos, necessitando de uma norma integrativa infraconstitucional.
- (B) normas de eficácia contida são aquelas normas que, no momento em que a Constituição entra em vigor, estão aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de norma integrativa infraconstitucional.
- (C) normas de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral: são aquelas que têm condições de produzir efeitos assim que a Constituição for promulgada, desde que norma infraconstitucional reduza sua abrangência.
- (D) normas de eficácia exaurida são aquelas de aplicação, aptas a produzirem efeitos enquanto vigente for a Constituição.
- (E) normas de eficácia vinculante são aquelas que veiculam programas a serem implementados pelo Estado, constantes da ADCT.

Questão 11

Os contratos de consumo, considerando as particularidades da relação jurídica formada, não sofrem incidência do Código Civil brasileiro, exceto subsidiariamente naquilo que não for incompatível. Ou seja, as relações existentes entre consumidor e fornecedor serão sempre regidas pelo Código de Defesa do Consumidor e, somente na omissão deste, poderá ser utilizado o regramento constante do Código Civil. Assim, podemos afirmar:

- (A) o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu um microsistema de normas jurídicas de ordem privada que limitou o princípio da autonomia da vontade dos contratantes.
- (B) o princípio dispositivo não se aplica às relações de consumo, exceto quando expressamente o Código de Defesa do Consumidor assim permitir.
- (C) o Código de Defesa do Consumidor adotou o sistema da responsabilidade subjetiva.
- (D) o Código de Defesa do Consumidor não admite, em hipótese alguma, a inversão do ônus da prova.
- (E) a relação de consumo encontra-se conceituada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 12

O Código de Defesa do Consumidor, ao contrário do disposto nos demais instrumentos normativos pátrios, considera oferta qualquer informação ou publicidade sobre produtos e serviços, veiculada a uma coletividade de pessoas indeterminadas, por todas as formas previstas ou que não forem coibidas por lei. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) a oferta deve ser suficientemente precisa quanto aos seus termos, porque vincule o fornecedor, independentemente da contratação do serviço por parte do consumidor.
- (B) o fornecedor não deverá ser responsabilizado pelo cumprimento da oferta veiculada, exceto se essa integrar o contrato.
- (C) na oferta, o fornecedor deverá conceder apenas as informações relevantes do produto ou serviço.
- (D) a sistemática da oferta, no Código Civil, é mais ampla que aquela constante do Código de defesa do Consumidor.
- (E) a oferta destina-se apenas ao consumidor que adquiriu produto ou serviço.

Questão 13

A propaganda difere da publicidade; enquanto a primeira objetiva a veiculação de ideias em geral, a última tem por finalidade direta a percepção de lucro e a circulação de riquezas. Considerando essa afirmação e as situações envolvendo o Código de Defesa do Consumidor, podemos afirmar que:

- (A) o Código de Defesa do Consumidor não coíbe a publicidade enganosa e abusiva.
- (B) o rol constante do artigo 37, parágrafo 1º do Código de Defesa do Consumidor é taxativo ao fixar as hipóteses de publicidade enganosa.
- (C) o direito à informação do consumidor é dispensável para o equilíbrio da relação contratual ofertada pelo fornecedor, pelos mais variados meios de comunicação.
- (D) segundo o ordenamento jurídico pátrio, o dever de informação incumbe ao fornecedor apenas durante a execução de um contrato realizado.
- (E) a publicidade enganosa é toda criação estética destinada a veicular produto ou serviço no mercado de consumo, que induz a erro as pessoas expostas a sua prática.

Questão 14

Por meio da publicidade abusiva, o patrocinador ou anunciante visa obter vantagem, ainda que potencial, para aquisição de produtos e serviços. Aqui, se inserem a utilização de logomarcas com pouca alteração e nomes comerciais parecido a grandes marcas. Nesse contexto, é incorreto afirmar que:

- (A) o parágrafo 2º do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor traz um rol taxativo das situações que podem ser enquadradas como publicidade abusiva.
- (B) a publicidade abusiva constitui-se em excesso do exercício do direito de divulgar informações no mercado de consumo.
- (C) a publicidade abusiva causa, reflexamente, prejuízo patrimonial e moral à massa de consumidores, pelo seu comportamento nefasto que não precisa ser demonstrado: a simples abusividade torna-o ilícito.
- (D) para que ocorra a veiculação da publicidade abusiva, deve ser elaborado um negócio jurídico específico para essa finalidade entre patrocinador e agência publicitária.
- (E) na abusividade à qual a agência publicitária deu origem, caberá a responsabilidade conjunta ao fornecedor que aprovou a divulgação da publicidade na mídia.

Questão 15

A prática abusiva é o comportamento indevido do fornecedor que acaba por causar prejuízo ao consumidor. Nessa seara, podemos afirmar que:

- (A) as práticas abusivas não proporcionam ao ofensor a responsabilização pré-contratual, contratual ou pós-contratual.
- (B) a relação das práticas abusivas constam expressamente do artigo 39 da Lei 8.078/90, no qual não se admitem outras práticas irregulares.
- (C) o artigo 51 da Lei 8.078/90 apresenta rol taxativo das chamadas cláusulas abusivas.
- (D) a prática abusiva diferencia-se da cláusula abusiva, pois a primeira diz respeito ao comportamento coibido pelo ordenamento jurídico e a última refere-se ao conteúdo do negócio em si.
- (E) a existência de dispositivos contratuais abusivos acarreta, necessariamente, a nulidade de todo o contrato de consumo.

Questão 16

O termo gestão é sinônimo de administração e significa um conjunto de princípios, normas e funções que objetivam ordenar os fatores de produção e controlar a produtividade e a eficiência para obter determinado resultado. São etapas da gestão:

- (A) planejamento, execução, avaliação e controle.
- (B) planejamento, monitoramento, execução e controle.
- (C) planejamento, execução, monitoramento e controle.
- (D) planejamento, execução, avaliação e monitoramento.
- (E) planejamento, avaliação, controle e monitoramento.

Questão 17

Considere as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – eficiência é utilizar técnica e os recursos produtivamente.
- II – efetividade é aplicar os recursos corretos para transformar a situação existente.
- III – eficácia é a capacidade obtida na realização dos objetivos.

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e III estão corretas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) I, II e III estão corretas.
- (E) somente a III está correta.

Questão 18

Considerando os conceitos a seguir, assinale a assertiva correta:

- (A) planos são as metas e os objetivos de uma determinada organização.
- (B) planejamento estratégico é o conjunto de políticas e diretrizes tomados por uma organização a fim de alcançar o objetivo estabelecido.
- (C) planejamento operacional é o estabelecimento das ações de marketing, de produção e de recursos desenvolvidos de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas em buscas de objetivos determinados.
- (D) planejamento tático é a definição diretiva dos objetivos almejados por uma determinada organização.
- (E) as questões éticas, político-sociais das organizações integram o planejamento operacional das organizações.

Questão 19

Analise as ações seguintes e assinale a assertiva correta:

- I – missão é entendida como a finalidade, a razão de existir de uma determinada organização, definindo a identidade e o foco dessa organização.
- II – visão é a perspectiva, a longo prazo, da organização.
- III – valores são as crenças fundamentais em torno das quais a organização é estruturada.

- (A) I e III estão corretas.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) somente a III está correta.
- (E) I, II e III estão corretas.

Questão 20

Não há sociedade sem Direito uma vez que este exerce uma função ordenadora, de coordenação dos interesses que se manifestam na vida social. Assim, o Direito organiza a cooperação entre os indivíduos e compõe os conflitos existentes. Nesse contexto, podemos afirmar que são meios de pacificação social:

- (A) a autotutela e a jurisdição.
- (B) a jurisdição e a autocomposição.
- (C) a jurisdição, a autotutela, a autocomposição e a arbitragem.
- (D) a arbitragem e a jurisdição.
- (E) a autocomposição e a jurisdição.

Questão 21

O Direito Processual moderno fixou preceitos fundamentais que dão forma e caráter aos sistemas processuais vigentes. São os chamados princípios gerais. Nesse contexto, podemos afirmar que:

- (A) por meio do princípio da imparcialidade do juiz, encontramos o pressuposto para que a relação processual se instaure validamente.
- (B) a incapacidade objetiva do juiz, oriunda da suspeita de sua imparcialidade, afeta profundamente a relação processual.
- (C) os tribunais de exceção, instituídos para contingências particulares, não se contrapõem ao princípio do juiz natural.
- (D) o princípio da imparcialidade foi desconsiderado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, por essa razão, o Brasil não o adota.
- (E) a imparcialidade do juiz não se caracteriza como garantia de justiça para as partes.

Questão 22

Sobre a norma processual é correto afirmar:

- (A) segundo o seu objeto imediato, as normas se distinguem em materiais e instrumentais, sendo que as primeiras contribuem para a resolução dos conflitos interindividuais e as últimas disciplinam a cooperação entre as pessoas.
- (B) as normas processuais de organização judiciária referem-se ao *modus procedendi*, considerando a estrutura e coordenação dos atos processuais que compõem o processo.
- (C) as normas de organização judiciária cuidam do processo como tal, atribuindo deveres e poderes processuais.
- (D) as normas procedimentais tratam da criação e estrutura dos órgãos judiciários e seus auxiliares.
- (E) o objeto das normas processuais é a disciplina do modo processual de resolver os conflitos e controvérsias mediante a atribuição ao juiz dos poderes necessários para resolvê-los e às partes de faculdades e poderes destinados à eficiente defesa de seus direitos.

Questão 23

Toda norma jurídica tem eficácia limitada no tempo e no espaço, ou seja, aplica-se dentro de um determinado território, por um certo período de tempo. Considerando a norma processual, podemos afirmar que:

- (A) considerando que a norma processual objetiva disciplinar a atividade jurisdicional desenvolvida por meio do processo, pode ser regulada por leis estrangeiras sem quaisquer inconvenientes.
- (B) o princípio que regula a eficácia espacial das normas de processo é o da territorialidade, impondo a aplicação da *lex fori*.
- (C) a territorialidade da aplicação da lei processual não está prevista expressamente no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) as leis processuais brasileiras não se sujeitam às normas relativas à eficácia temporal, prevista na LICC.
- (E) em se tratando de Direito Processual Civil, verificando-se sucessão de leis no tempo, aplica-se a unidade processual, independentemente da fase em que o processo se encontre.

Questão 24

A jurisdição é uma das funções do Estado por meio da qual este se substitui aos titulares dos interesses e conflitos para pacificar o conflito, imparcialmente e com justiça. Nesse sentido, é correto dizer:

- (A) não se verifica o caráter substitutivo da jurisdição, pois esta é exercida por juízes que agem em nome próprio.
- (B) o Estado, por meio da jurisdição, não garante que os resultados práticos preconizados pelo direito material sejam concretizados.
- (C) a jurisdição não objetiva o escopo jurídico do processo e tampouco os objetivos sociais.
- (D) a jurisdição é um poder, uma função e uma atividade estatal, simultaneamente.
- (E) a lide, a inércia e a definitividade não são características da jurisdição.

Saber aprender é principal requisito do novo profissional

Se quiserem ser bem-sucedidos, os trabalhadores terão de se tornar principalmente leitores eficientes.

Essa é a opinião do economista americano Richard Murnane, professor da Universidade Harvard, que se dedica ao estudo de temas relacionados à educação e ao mercado de trabalho.

Segundo ele, os profissionais não podem se restringir mais a simplesmente seguir instruções que estão resumidas em um texto.

Em vez de receber e cumprir orientações prontas, o desafio, no mercado de trabalho atual, é encontrar soluções para os diferentes problemas no vasto campo das informações on-line.

Para isso, os candidatos a vagas precisam, entre outras qualidades, de um amplo vocabulário.

Para Murnane, “de forma crescente, computadores têm dado conta de todos os tipos de tarefas mais fáceis. Então, atualmente, trabalhadores precisam ser capazes de ler de forma a aprender as coisas”.

O que é mais importante “é que os trabalhadores usem a leitura para adquirir novos conhecimentos. Isso significa que precisam ser capazes de entender o significado de textos que tenham palavras que não viram antes. Essa é uma das razões **por que** ampliar o vocabulário é mais importante hoje do que há 30 anos. E nós sabemos que é importante começar a construir o vocabulário cedo, já na pré-escola”.

Para o estudioso, o ensino médio técnico deve preparar os indivíduos para serem cidadãos em uma democracia pluralista, por isso é fundamental que eles “tenham um bom conhecimento básico de ciências, que entendam a história de seu país e que tenham um entendimento de assuntos correntes”. Tudo isso é essencial para que esses cidadãos sejam capazes de “contribuir para o diálogo e para os desafios que países como o Brasil enfrentam no mundo atual”.

(Érica Fraga. Folha de S. Paulo, 26.10.2013. Adaptado)

Questão 25

Segundo Richard Murnane, os profissionais que desejam ser bem-sucedidos devem se tornar leitores eficientes. Para o economista, a principal qualidade de um leitor eficiente é

- (A) estar disponível para cumprir determinações previamente estabelecidas por superiores.
- (B) saber empregar o vocabulário básico da área profissional em que atua no mercado.
- (C) ter frequentado, na adolescência, escolas ou cursos que incentivavam a prática da leitura.
- (D) servir-se da competência para a leitura, a fim de ampliar constantemente os próprios conhecimentos.
- (E) ser capaz de seguir as orientações técnicas que estão resumidas em material publicado pela empresa.

Questão 26

Assinale a alternativa em que o trecho reescrito apresenta ideias incompatíveis com as ideias do texto.

- (A) ... que se dedica ao estudo de temas relacionados à educação e ao mercado de trabalho. (2º parágrafo) → que se aplica ao estudo de assuntos pertinentes à educação e ao mundo corporativo.
- (B) ... seguir instruções que estão resumidas em um texto. (3º parágrafo) → acompanhar as instruções apresentadas de forma concisa em um texto.
- (C) Para isso, os candidatos a vagas precisam, entre outras qualidades, de um amplo vocabulário. (5º parágrafo) → Para tanto, os interessados nas vagas não podem, entre suas características, ter um vocabulário restrito.
- (D) ... computadores têm dado conta de todos os tipos de tarefas mais fáceis. (6º parágrafo) → computadores têm contribuído resolvendo tarefas de caráter menos complexo.
- (E) Então, atualmente, trabalhadores precisam ser capazes de ler de forma a aprender as coisas. (6º parágrafo) → Ainda que, hoje, trabalhadores necessitem de incentivo para a leitura e a aprendizagem intensivas.

Questão 27

No sétimo parágrafo do texto, a expressão destacada em – ... uma das razões **por que** ampliar o vocabulário... – pode ser substituída, corretamente e sem alteração de sentido, por:

- (A) pelas quais.
- (B) com as quais.
- (C) de que.
- (D) onde.
- (E) quando.

Analise a tirinha para responder às questões de números 28 a 30.



(Jim Davis http://3.bp.blogspot.com/-GAC_85XuvmQ/UfHkePrk4BI/AAAAAAAAAEcY/PwmpcQ5qcpl/s1600/Garfield.gif Acesso em 18/02/2015)

Questão 28

De acordo com a tirinha

- (A) Garfield (o gato) não sabia que a comida era de Odie (o cachorro).
- (B) Garfield (o gato) sente-se feliz por não ter acordado Odie (o cachorro).
- (C) Garfield (o gato) rouba a comida de Odie (o cachorro) e ainda o elogia.
- (D) Garfield (o gato) reclama por ter que comer a comida de Odie (o cachorro).
- (E) Garfield (o gato) sente-se culpado por ter roubado a comida de Odie (o cachorro).

Questão 29

O pronome "they" no segundo quadrinho da tirinha refere-se

- (A) à comida.
- (B) a Garfield.
- (C) aos gatos.
- (D) aos que roubam comida.
- (E) aos que são como Odie (o cachorro).

Questão 30

A alternativa que apresenta "their food is being stolen" (último quadrinho da tirinha) corretamente na voz ativa é:

- (A) Their food is stolen.
- (B) Someone stolen their food.
- (C) Someone is stolen their food.
- (D) Someone is stealing their food.
- (E) Someone is being stolen their food.

VESTIBULINHO ETEC – 2º SEM/15 – CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Técnico em Serviços Jurídicos

Exame: 14/06/15 (domingo), às 13h30min

FOLHA DE RESPOSTAS INTERMEDIÁRIAS

Nome do(a) candidato(a): _____ Nº de inscrição: _____

Caro(a) candidato(a),

1. Responda a todas as questões contidas neste caderno e, depois, transcreva as alternativas assinaladas para esta Folha de Respostas Intermediária.
2. Preencha os campos desta Folha de Respostas Intermediária, conforme o modelo a seguir:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---
3. Não deixe questões em branco.
4. Marque com cuidado e assinale apenas uma resposta para cada questão.
5. Posteriormente, transcreva todas as alternativas assinaladas nesta Folha de Respostas Intermediária para a Folha de Respostas Definitiva, utilizando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.

PROVA (30 RESPOSTAS)

RESPOSTAS de 01 a 15					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

RESPOSTAS de 16 a 30					
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

**NÃO AMASSE,
NÃO DOBRE,
NEM RASURE
ESTA FOLHA.**

Portaria CEETEPS–GDS nº 963, de 31 de março de 2015.**DAS LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO GERAL E DE CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULAS PARA INGRESSO, PARA O ACESSO E PARA ESPECIALIZAÇÃO.**

Artigo 25 – § 3º – A divulgação das “listas de convocação”, bem como as matrículas dos candidatos classificados no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 2º semestre de 2015, serão realizadas nas seguintes datas, desde que não seja feriado municipal na cidade onde a Etec está sediada. A continuidade será no próximo dia útil após o feriado:

- 1ª lista de convocação e matrícula: 16 e 17/07/2015;
- 2ª lista de convocação e matrícula: 20 e 21/07/2015;
- 3ª lista de convocação e matrícula: 22/07/2015;
- 4ª lista de convocação e matrícula: 23/07/2015;
- 5ª lista de convocação e matrícula: 24/07/2015.

§ 4º – Posteriormente, poderão ser afixadas outras listas na Etec/Extensão de Etec, além das previstas nos parágrafos anteriores deste Artigo. O candidato deverá acompanhar junto à Etec/Extensão de Etec em que pretende estudar, os dias em que serão afixadas.

§ 5º – O candidato convocado em qualquer uma das listas que não efetuar sua matrícula na data marcada perderá o direito à vaga e seu nome não constará de quaisquer outras listas que porventura sejam divulgadas.

§ 6º – O candidato deverá verificar o horário para a matrícula junto à Etec/Extensão de Etec em que pretende estudar, pois é responsabilidade desta estabelecer o devido horário.

DOS DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA DO ACESSO.

Artigo 27 – A matrícula dos candidatos convocados para o acesso às vagas remanescentes do 2º módulo dependerá da apresentação dos seguintes documentos:

- Requerimento de matrícula (fornecida pela Etec/Extensão de Etec no dia);
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes e iguais;
- Documento de identidade, fotocópia e apresentação do original ou autenticado em cartório, expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar ou cédula de identidade de estrangeiro (RNE) dentro da validade ou carteira nacional de habilitação dentro da validade com foto (CNH – modelo novo) ou documento expedido por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, COREN, CRC e outros);
- CPF, fotocópia e apresentação do original ou autenticado em cartório;
- Histórico Escolar com Certificado de Conclusão do Ensino Médio regular ou equivalente (EJA/ENCEJA), uma fotocópia simples com a apresentação do original ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, assinada por agente escolar da escola de origem, documento original;
- Para os candidatos que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido pelos Institutos Federais ou pela Secretaria da Educação dos Estados correspondente.